

LUGARES, CAMINHOS E DIREÇÕES; UM ESTUDO DE CASO^(*)

Altino Barbosa Caldeira^(**)

A idéia deste trabalho surgiu na própria sala de aula, a partir das discussões em grupo. Interessei-me pelo tema e julguei ser possível desenvolvê-lo através da análise dos aspectos referentes à criação da cidade de Belo Horizonte, conforme os pontos de vista abordados por NORBERG-SCHULZ (1975) no texto *Existência, Espaço y Arquitectura*.

A história de criação da nossa cidade tem como referência a saturação do espaço urbano de Ouro Preto, então capital do Estado, que por razões políticas, físicas e econômicas, deixou de ser o lugar ideal para dar continuidade ao conceito de uma nova maneira de pensar, advinda dos espíritos positivistas. Desde 1789 havia indícios de desejos desta mudança, com base nos princípios de liberdade que se manifestaram através da Inconfidência Mineira. Só com a instalação da República, cem anos depois, é que esta realidade pôde ser concretizada, com a recuperação do *espaço federativo* e da nova organização política. Era necessário criar condições para uma nova sede para a capital do Estado, um *lugar* onde se pudesse marcar a existência de um *centro* de irradiação de novas esperanças, possibilidades e conquistas. Idealisticamente, foi traçado um plano para a cidade depois de escolhido o sítio, numa *região* não muito distante de Ouro Preto. A posse da região implicaria a preparação de uma infra-estrutura capaz de, por meio de *caminhos e direções*, ser convertido em espaço existencial.

O local escolhido tinha como ponto de partida o encontro de dois cursos d'água: o Ribeirão Arrudas e o Córrego do Acaba-Mundo, este afluente do primeiro. Ali, optou-se pela localização de um parque, reduto do mundo paradisíaco, arquétipo da origem da humanidade. Em torno deste parque, traçado no estilo francês, então em voga, foi implan-

(*) Trabalho apresentado na disciplina "Teoria da Arquitetura II", Profa. Maria Lúcia Malard, Curso de Especialização em "Planejamento e Representação do Espaço Arquitetônico", XXI PREPES, PUC.MG.

(**) Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC.MG.

tado um sistema de eixos, iniciados pelo traçado básico de um centro dominado por dois eixos, tal qual nos tempos mais antigos, quando a necessidade de marcar um lugar, tomar posse, significava definir a materialidade da existência, e ao mesmo tempo, consolidar a idéia abstrata de um lugar espiritualmente carregado de simbolismo próprio ("Genius Loci"), com determinados atributos especiais, que lhe conferem uma leitura relacionada com o objetivo específico de sua ocupação: um espaço de sonho, uma idéia de mundo.

O domínio deste espaço passa então a ser concreto. Aos dois eixos principais subordina-se uma trama modulada em grandes áreas, sobre a qual se implantaria uma outra menor, dividida em lotes, configurando um assentamento totalitário e marcado principalmente pela forte presença do esquema que privilegia o controle do Estado sobre o cidadão.

"Muitas praças, de tamanhos e formas diversos, cortarão as ruas e avenidas, dando largueza para o efeito arquitetônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. Assim, o Palácio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas; os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente, na esplêndida Praça da Lei circular e ponto de cruzamento de seis avenidas; o Palácio da Justiça ficará na Praça da Justiça, fronteira à área reservada para um grande hotel; o Palácio da Municipalidade ocupará com a biblioteca e o museu o centro da Praça 14 de Setembro, sendo triangular a forma desta praça, etc" (A Nova Capital do Estado de Minas Gerais-Belo Horizonte, Gazeta de Notícias, 1895).

Ao mesmo tempo, era necessário criar *limites*, sem os quais o homem se sente impossibilitado do reconhecimento de si mesmo, de assenhorar-se do espaço, de afastar o desconhecido, de reconhecer o seu domínio e a si próprio. Da mesma forma como a criança percebe o mundo por imagens sucessivas que ela vai reconhecendo, temos a necessidade que nos obriga a definir e a organizar as coisas em determinados lugares que passam a ser referências. As crianças aprendem logo a dissociar as imagens móveis das imóveis e esta diferenciação lhes permite a estruturação visual do espaço vivido, segundo PIAGET (apud. NORBERG-SCHULZ, op. cit.). O plano de Aarão Reis e sua equipe incluía e estabelecia um fechamento, um anel que fazia ao mesmo tempo entre diversos papéis, o de pele e de muralha. Estava criada a imagem do *espaço circundante*, e o ambiente para o crescimento da cidade. Inaugurada em 1897, ela tinha agora identidade e caráter objetivo. Considerando ainda sua área suburbana, sua organização espacial definida pelo *centro trama e anel* que, em outras palavras, representavam o *lugar*, os *caminhos* e a *região*.

A cidade começa, pois, a existir a partir da criação de pontos-chave. O anel de contorno permitia unir a todos através de uma forma que “*não tem princípio nem fim, começa e acaba em todas as partes*”. O centro administrativo e financeiro se instala. Partindo do princípio de que o homem não pode planejar o mundo sem desenhar-se a si mesmo, as noções de proximidade, limite, centralização e territorialidade se somam para formar um conceito mais concreto de *ordem e progresso*. Nesta fase, até por volta de 1930, definem-se as atividades para as quais a cidade foi destinada.

Segundo BOLLNOW (1969), as dimensões qualitativas entre acima e abaixo, adiante e atrás, direita e esquerda, são distinções que têm sua raiz na constituição do homem e sua relação com o campo gravitacional. Por outro lado, o espaço hodológico (de *odos*-caminho em grego), que determina as possibilidades de movimento no espaço, permite, a partir desta década, que o espaço vertical comece a ser ocupado, em razão de novos conhecimentos relacionados tanto às novas técnicas construtivas quanto às necessidades de adensamento, e em função do estabelecimento de uma região central, onde a procura de bens e serviços se torna maior. A cidade, a esta altura, começa a se expandir também além de seus limites e divisas préconcebidos, incorporando outros e variados espaços na sua textura inicialmente organizada. Começa a ser contextualizada uma nova superposição de fatos gerados pela turbulência da modernidade que via nas noções de transformação de todos os conceitos arraigados, o motivo para explorar o seu furor de mudar o rumo dos acontecimentos. O país se moderniza e, nas décadas de 40 e 50, a capital de Minas representou este papel de cidade modelo.

A partir da década de 60, o organismo urbano vai adaptando-se a uma população crescente, muitas vezes marginal, com discrepâncias econômicas causadas pelo início de profundas recessões que começaram a afastar “o homem do campo” de seu *lugar*, obrigando-o a percorrer *caminhos* desconhecidos, em *direção* a outros *centros*. A ocupação territorial começa a se fazer de forma desordenada, preocupando os estudiosos e obrigando a implementação de políticas urbanas, que exigiam a formulação de legislações específicas, buscando a legitimidade de sua ocupação. Instala-se a desorganização espacial e caem por terra princípios urbanísticos pregados e reconhecidos como míticos e absolutos desde a década de 20 com a Carta de Atenas.

Com limites territoriais bem definidos a princípio, a cidade hoje não possui mais delimitações, fronteiras: Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, Contagem, Ribeirão das Neves, cidades vizinhas, incorporaram-se ao grande núcleo central da capital, emergindo daí uma metrópole, que

por sua vez interage sobre estes núcleos urbanos, como organismo que já lhe fazem parte. Estes encontros se fazem à custa de novos caminhos e desmembramento de regiões periféricas. A noção de centralidade perdeu espaço e, com ela, a dispersão e o acúmulo de densidade em novos locais criaram novos núcleos, novos centros.

CONCLUSÕES

Os planejadores de hoje, entre os quais nós arquitetos nos situamos, ocupamo-nos, ao mesmo tempo, com questões ligadas à origem e às condições futuras de bem-estar da população. Estudamos o equacionamento dos efeitos gerados pelas idéias do passado e seu confronto com a realidade. Qual o destino das cidades? Qual o espaço que o homem deve destinar para si próprio, como interromper o ciclo de miséria, como participar e organizar de maneira equilibrada e harmônica este espaço tão ambivalente, tão dialético, cheio de contrastes, nuances e possibilidades?

O estudo destas questões perpassam o nosso cotidiano.

Ultimamente, na proximidade de seus cem anos, Belo Horizonte volta-se com mais ênfase para a retomada e o resgate de sua memória urbana, já prestes a desaparecer. Movidos por um imenso saudosismo, arquitetos e historiadores se voltam para a recuperação da memória cultural e arquitetônica de seus monumentos urbanos, como que tentando resgatar o elo perdido, algemando o botão da largada antes que a destruição chegue ao fim, sem que tenhamos tido tempo de tornar reconhecível a trajetória do tempo. Afinal, antes que tudo desapareça, ou melhor, antes que tudo se transforme, precisamos compreender a todo custo "Quem somos, de onde viemos, aonde vamos?" para fechar o círculo imaginário do tempo.

Enquanto tudo acontece, novos planos são feitos para mudar o rumo dos acontecimentos. O tempo tudo envolve, o espaço reforça-se como indissociável do homem (tudo penetra em toda parte), fazendo o olhar rastrear o acaso em busca de novas descobertas geniais.

Enquanto isso as crianças continuam a nascer, os velhos a morrer e toda sorte de coisas entre o céu e a terra: tempestades, calmarias, guerras, hipocrisias, loucuras, alegrias. Entre estes acidentes, planejamos e construímos cidades, moramos nelas, escrevemos sobre elas, as pintamos, louvamos, execramos. Percorremos suas ruas, conhecemos seus caminhos decifrando seus mistérios.

Tentamos a cada dia reconhecer sua essência, vivendo na esperança de explicá-la, buscando alterar sua rota desconhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A NOVA Capital do Estado de Minas Gerais. *Gazeta de Notícias*, Belo Horizonte, 30 jan., 1895. p.100.
- ANDRADE, Rodrigo F., MAGALHÃES, Beatriz A. *Belo Horizonte, um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- BOLLNOW, O. F. *Hombre y espacio*. Barcelona: Labor, 1969.
- LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec: USP, 1989.156 p.
- NORBERG-SCHULZ, C. *Existencia, espacio y arquitectura*. Barcelona: H. Blume, 1975.

